

REVISTA QUAESTIO IURIS

EDITORIAL PARA O VOL. 13-3 (2020)

A Revista Quaestio Iuris, indexada na Web of Science, de periodicidade trimestral, neste volume 13, número 02, 2020, tem o prazer de informar a todos os seus leitores que o artigo de OLIVEIRA, D. A. J. M. O novo constitucionalismo latino-americano: paradigmas e contradições, publicado na Revista Quaestio Iuris, v. 6, n. 2, 2013, disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/11775>; foi citado no artigo “De Mariana a Brumadinho: un nuevo contorno de la responsabilidad civil ambiental del Estado desde una perspectiva ecocéntrica” de Antônio Lucas dos Santos da Mata, na Revista Derecho y Cambio Social, Lima, Perú. A Revista Derecho Y Cambio Social é uma publicação de docentes da Faculdade de Direito e Ciências Políticas da Universidade Nacional de Cajamarca (Perú - Sudamérica) e é patrocinada pelo Círculo de Estudos Jus Filosóficos UNIDAD, com sede na cidade de Lima – Perú.

A Revista tem ainda o prazer de publicar o artigo “O acesso a condições de trabalho equitativas em perspectiva de gênero: análise das alterações legislativas na União Européia”, de Dora Resende Alves, Professora Auxiliar do Departamento de Direito da Universidade Portucalense (UPT) e Editora-adjunta da Revista Jurídica Portucalense, de Daniela Serra Castilhos, Doutora em Direito e Professora Auxiliar da Universidade Portucalense. Coordenadora do Módulo Jean Monnet A União Europeia como protagonista global da Democracia e dos Direitos Fundamentais. Coordenadora Associada do Grupo de Investigação Internacional Dimensões dos Direitos Humanos do Instituto Jurídico Portucalense (IJP), e de Isabela Mello Botelho, Pesquisadora Assistente do Instituto Jurídico Portucalense (IJP). Universidade Portucalense Infante D. Henrique (UPT), Departamento de Direito, Porto, Portugal.

O artigo “O acesso a condições de trabalho equitativas em perspectiva de gênero: análise das alterações legislativas na União Européia” busca discutir a igualdade de gênero no mercado laboral, que é assegurada no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em seu artigo 3.º, entre outros, juntamente com proteção internacional desse direito de segunda geração reafirmada na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (artigo 11.º), e que, infelizmente, é ainda uma questão delicada e morosa dentro da União Europeia. Discorre o artigo que, em 2012, temos o surgimento de uma proposta de diretiva relativa à melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres no cargo de administrador

não-executivo das empresas cotadas em bolsa. Porém, analisando-se a evolução do processo legislativo da mesma, verifica-se que, desde 2013, se encontra em fase de primeira leitura, tendo sido introduzidas algumas alterações pelo Parlamento Europeu, e que agora passa ainda por discussões no Conselho, seguindo a ordem do processo ordinário legislativo de análise em paralelo. Nesse aspecto, parte-se na análise do artigo do reforço da entrada da mulher no mercado laboral durante o desenvolvimento económico europeu e as disparidades salariais e de representatividade nos mais diversos altos e médios cargos existentes, e de como esse histórico afeta a Europa atualmente, para concluir que, na medida do possível, a União Europeia deve ser rápida em termos de aprovação de uma diretiva final para que se mantenha atualizada face ao problema da igualdade de género, compreendendo de que maneira esta proposta inovadora gera cautela com o texto definitivo da mesma.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no atual volume 13, número 03, 2020, publicamos 15 (quinze) artigos inéditos, sendo 05 (cinco) artigos estrangeiros: o já citado “O acesso a condições de trabalho equitativas em perspectiva de género: análise das alterações legislativas na União Europeia”, de Dora Resende Alves, Professora Auxiliar do Departamento de Direito da Universidade Portucalense (UPT) e Editora-adjunta da Revista Jurídica Portucalense, de Daniela Serra Castilhos, Doutora em Direito e Professora Auxiliar da Universidade Portucalense. Coordenadora do Módulo Jean Monnet A União Europeia como protagonista global da Democracia e dos Direitos Fundamentais. Coordenadora Associada do Grupo de Investigação Internacional Dimensões dos Direitos Humanos do Instituto Jurídico Portucalense (IJP), e de Isabela Mello Botelho, Pesquisadora Assistente do Instituto Jurídico Portucalense (IJP). Universidade Portucalense Infante D. Henrique (UPT), Departamento de Direito, Porto, Portugal; “Algunas reflexiones en torno a la ciudadanía ecológica en México”, de Jesús Hurtado, Docente da Faculdade de Contabilidade e Administração (FCA) na Universidade Autônoma de Querétaro, México; “Post mortem insemination and embryotransfer, best interests and the child's rights: a review of portuguese law and public policy”, de Eva Dias Costa, Doutora em Direito Fiscal. Professora Auxiliar do Departamento de Direito e do Departamento de Economia, gestão e Informática da Universidade Portucalense, Investigadora Integrada do Instituto Jurídico Portucalense (Fundação Ciência e Tecnologia), Editora Adjunta da Revista Jurídica Portucalense, Porto, Portugal; “The analogy of law in civil law practice”, de Viktor Mikryukov, Professor Assistente do Departamento de Direito Empresarial e Societário da Kutafin Moscow State Law University (MSAL), Rússia; e “Administrative and legal aspects of management risks in the economic sphere”, de Alexander G. Gurinovich, Professor do Instituto Estatal de Relações Internacionais

de Moscou (MGIMO University), Rússia, de Marina A. Lapina, da Universidade de Finanças do Governo da Federação Russa, Rússia, e de Andrey V. Lapin, do Instituto de Economia de Mercado (MEI RAS), Rússia.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um estudo denominado “Desenvolvimento humano na cibercultura: a importância de pensar em um direito resiliente”, de Luis Gustavo Gomes Flores, Professor do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Direito da UNIJUÍ - Mestrado em Direitos Humanos, Rio Grande do Sul.

A monografia discorre sobre a importância da concepção de resiliência do direito para pensar o desenvolvimento Humano em face dos desafios trazidos pelo conjunto de tendências denominados por Pierre Levy de cibercultura. Para tanto, a monografia buscou responder o problema de pesquisa que indaga: quais os desafios da sociedade complexa e da cibercultura para o aprimoramento do direito e para o desenvolvimento humano? Trata-se de um trabalho crítico reflexivo que tem como objetivo geral, demonstrar a necessidade que se tem no direito de pensar novas possibilidades de observação que leve em consideração a importância da inovação no direito para enfrentar a complexidade social, fortemente marcada pela cibercultura. Para tanto, se utilizou a método sistêmico construtivista, que pressupõe a utilização de pressupostos e categorias da teoria dos sistemas sociais autopoieticos e do construtivismo radical, como forma de observação e abordagem da respectiva temática, bem como a utilização de pesquisa bibliográfica. Tem-se como resultado da monografia a possibilidade de observação de novas perspectivas a serem consideradas, a partir de um potencial ainda não explorado suficientemente, mas considerando as contribuições da resiliência do direito abre-se novas possibilidades para pensar o desenvolvimento humano numa perspectiva sistêmica.

Em nossa Seção Ensaios publicamos 04 (quatro) ensaios, sendo 02 (dois) ensaios sobre aspectos diversos da dignidade da pessoa humana: “A (in)compatibilidade da tese firmada pelo STJ no tema 692 sobre a repetibilidade dos benefícios previdenciários recebidos de boa-fé em tutela provisória com a dignidade da pessoa humana” e “Mães presas: palavras e desejos que não cabem na audiência”.

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e professores estrangeiros, em um total de mais de 650 (seiscentos e cinquenta) pareceristas avaliadores. Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho

realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota
Editor da Revista Quaestio Iuris